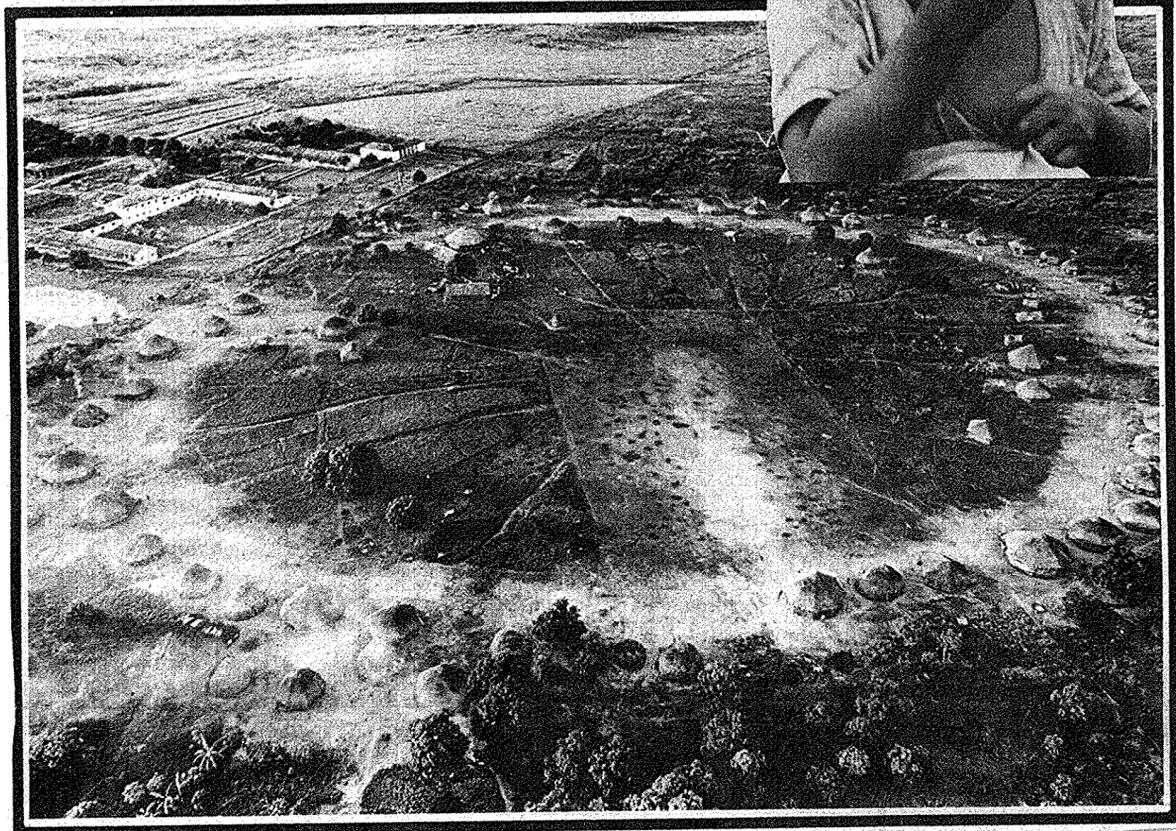


# XII assembleia de chefes indígenas

## Na luta pela posse da terra, um ultimato à Funai

Ao lado, uma criança xavante. Abaixo, a aldeia de São Marcos, onde se realizou a assembleia indígena; à esquerda, na foto, a Missão Salesiana



● ("O Poder Executivo fará, no prazo de cinco anos, a demarcação das terras indígenas, ainda não demarcadas". (Artigo 65 da lei 6001, de 19 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Estatuto do Índio)

● ("Que seja cumprido o que a Funai disse há cinco anos — que no prazo de cinco anos fará demarcar todas as áreas indígenas. O não cumprimento deste item, cuja promessa consuma-se este ano, será o maior crime contra as sociedades indígenas que a política indigenista oficial pode infligir. (...) A Funai pode fazer isso, e se não fizer será responsável pelo que poderá suceder: os índios têm que agir violentamente, como nos casos de Rio das Cobras e Nonoai". (De uma declaração lida em São Marcos).



Um índio canoeiro (ou Kikbaktsa) fala à audiência durante a assembleia

TÂNIA GONÇALVES, MARCELO BERABA e MÁRCIO ARRUDA (fotos)

Em dezembro deste ano expira o prazo que o próprio governo se deu para demarcar todas as áreas onde vivem hoje, no Brasil, cerca de 200 mil índios. No entanto, a XI Assembleia de Chefes Indígenas, que se realizou há dias, na aldeia xavante de São Marcos, Mato Grosso, mostrou de forma inequívoca a incapacidade de a Funai fazer

cumprir os termos da lei. Boa parte das reservas sequer começaram a ser demarcadas, e mesmo as que já o foram continuam ameaçadas por invasões, tanto de posseiros e colonos como de grandes proprietários. Os depoimentos dos representantes de 17 grupos tribais ajudaram a montar um mapa parcial — embora passível de ser generalizado — da situação indígena brasileiro.

A no passado, logo em janeiro, foram os trucaramãe, na reserva indígena do Xingu. Revoltados com a inoperância da Funai, resolveram eles próprios solucionar o problema de invasões de suas áreas. Em meados de janeiro, atacaram a fazenda Agropexim e mataram dois peões. Coincidência ou não, logo em seguida a Funai anunciava para outubro o começo da demarcação do Parque Nacional do Xingu, criado há 17 anos.

Poucos meses antes, outro indigente obrigara a Funai, tarde demais, a demarcar as terras dos bororo de merume, em Mato Grosso, a cem quilômetros de Barra do Garças. Depois de repetidas ameaças, 20 posseiros, liderados por João Mineiro e outros fazendeiros vizinhos à reserva indígena, invadiram a aldeia e mataram, no pátio da missão salesiana, o índio Simão e o padre Rodolfo Lunkenbein.

Este ano, chegaram aos jornais dois casos mais graves de atritos entre grupos indígenas e posseiros, colonos e fazendeiros. O primeiro, no Sul: a causa, a mesma: a luta pela posse de terra, pela garantia da reserva indígena. Em janeiro, os kankangue e os guaranis, expulsaram 60 famílias de posseiros. Nos dias em que acontecia a reunião de

São Marcos, os mesmos kankangue, juntos com guaranis, expulsaram cerca de 700 colonos da reserva de Nonoai, no Rio Grande do Sul. Nos dois casos, os índios se cansaram de exigir, da Funai, providências. Suas áreas, garantidas por decretos do início do século, foram paulatinamente invadidas e desmembradas. Nonoai, por exemplo, que tinha 34900 hectares em 1913, tem hoje 14000. Os pretextos oficiais encontrados para justificar a redução da área foram os mais dispares. Inclusive, a conservação da mata virgem da região. E um argumento frágil: todos sabem que são os índios os homens que melhor convivem com a natureza.

Hortêncio, um kankangue de Rio da Varzea, uma área vizinha a Nonoai, justificou a ausência dos chefes daquela aldeia ("estão em luta") e advertiu, numa linguagem simples, para o fato de que outros grupos do Sul estão insatisfeitos e exigem uma solução definitiva para seus problemas.

— Nós somos assim — afirmou, logo na abertura da assembleia. — Nós gostamos de pescar e de caçar. E também sabemos trabalhar. Então queremos trabalhar naquele nosso lugar que foi decretado pra nós primeiramente no tempo de meus avós, no tempo dos antigos.

### Variam os nomes dos personagens. Não as histórias



A advertência do líder kankangue tem sentido, e a própria Funai, através de seu presidente, o General Ismarth de Araújo, admitiu, recentemente, que novos conflitos deverão ocorrer, breve, em reservas do Sul, onde posseiros e colonos ocupam uma parcela considerável de área indígena. Além de sua morosidade, a Funai é indiretamente responsabilizada pela situação atual no sentido de que é herdeira direta do antigo Serviço de Proteção ao Índio e das consequências de sua política de arrendamento de terras indígenas. Um levantamento da Funai aponta, em 1975, a existência de 623 arrendamentos em cinco reservas gaúchas, além do cadastramento de 889 famílias de posseiros. Em algumas reservas, como a de Barão de Antonina, no Paraná, quase 90 por cento da área indígena está ocupada por intrusos.

Os problemas com posseiros e colonos, no entanto, caracterizam-se marcantes no Sul, são secundarizados pelo volume de conflitos entre os índios e fazendeiros, latifundiários e grandes projetos agrícolas e colonizadores do resto do país, principalmente na Amazônia.

Dos 17 grupos tribais que se fizeram representar na assembleia, 14 se situam nos limites da Amazônia Legal, e praticamente todos têm problemas com frentes de expansão.

— A verdade — explica Inaí — um irantxe do norte de Mato Grosso — é que nosso povo all tem muitos problemas por causa da área. Os problemas são por causa de brancos porque os brancos fazem as pessoas ficarem com problemas por causa da terra. A verdade é que os brancos vão querer chegar mais perto, vão querer empurrar nosso povo fora. Mas nós não podemos deixar. Porque a gente é dono, como eles são donos das fazendas e são ricoço. Mas nós não somos ricos. Sempre dá problema de terra mesmo. Por quê? Os brancos sempre experimentam empurrar a gente pra fora, pra ver se eles entram cada vez mais pra dentro. Mas nós não podemos fazer um enfraquecimento pros brancos.

Um por um, todos os chefes, ou seus representantes, detalharam os conflitos em suas áreas e procuraram denun-

ciar os nomes das companhias ou dos fazendeiros que os estão ameaçando. Os nomes dos personagens variam — as histórias, no entanto, são praticamente as mesmas. No norte de Mato Grosso, por exemplo, nas áreas fronteiriças a Rondônia e ao sul do Pará, nos limites da antiga Missão Anchieta, dos padres jesuítas, a maior parte das reservas ainda não foram demarcadas. E mesmo as que foram continuam ameaçadas e constantemente invadidas.

A área dos paresi ainda não foi demarcada, embora desde 1970 a Funai prometa fazê-lo. Recentemente, uma fazenda tentou fixar-se na área mas os paresi apreenderam um trator e obrigaram fazendeiro e peões a se retirarem. Os índios não aceitaram uma proposta de demarcação vinda da Funai e tomaram a iniciativa deles próprios redefinirem sua reserva, incluindo dentro dela alguns rios que o órgão do governo tinha deixado de fora. A reserva dos irantxe começou a ser demarcada, mas ainda está incompleta. Eles reivindicam alguns acidentes geográficos e algumas matas e protestam contra a construção de uma estrada que está lhes cortando as terras.

Nesta região, a situação mais difícil é a dos nambikwara, que não têm sequer terras decretadas. Por conta própria, estes índios já escolheram uma área e estão tentando impô-la. As fazendas vizinhas, no entanto, não respeitam estes limites, e é comum os índios encontrarem quilômetros de picadas dentro do que seria a reserva. O representante dos nambikwaras, Tito, de Tiracatinga, deixou clara, no entanto, a disposição de seus irmãos de enfrentarem qualquer ameaça.

— Eu ataco mesmo. Hoje em dia eu não facilito com branco. Hoje em dia a gente não alisa não.

Os apiaká, kayabi e canoeiros já têm suas reservas demarcadas, o que não impede invasões frequentes. Entre os apiaká, violentados em seus próprios valores culturais, a ameaça maior vem dos casamentos, cada vez mais frequentes, de índios com brancos. Desta forma, denuncia um "capitão", os

# XI assembleia de chefes indígenas

Continuação da primeira página

brancos estão entrando na área e ganhando terras.

Os kayabi, que têm reserva no município de Porto dos Gaúchos, enfrentam problemas com a própria prefeitura, que tenta construir uma hidrelétrica dentro de sua área. Eles dizem que não estão sendo consultados e não permitirão. Os canoeiros — ou rikbaktsa —, que levaram mais de uma semana para chegar a São Marcos, vindos do rio Juruna, nos limites com Aripuana, estão com suas terras ameaçadas pela construção de uma estrada que sai de Fontanilhas e ninguém sabe para onde vai. Tatsabui, um dos capitães dos Canoeiros presentes à assembleia, depois de descrever com detalhes os perigos que surgirão com a construção da estrada, advertiu:

— Vamos lutar até nossa morte. Fomos os primeiros donos da terra e vamos lutar. Principalmente com o apoio dos outros índios.

Os tukano, que vivem próximos à fronteira com a Colômbia, no Amazonas, às margens do Rio Negro (onde vivem terras com quase duas dezenas de grupos tribais, cerca de dez mil índios), ainda não têm reserva demarcada. Todos esses grupos, em contato com a civilização, sofrem um processo acelerado de destruição. No Amapá, nos limites do Oiapoque, apenas os galibi têm suas terras garantidas, com quase dez mil hectares. Nesta área, vivem seis famílias (45 pessoas): outros 60 galibi imigraram, recentemente, para a Guiana Francesa, onde recebem, do governo, salário família. Geraldo Lod, o "capitão" dos galibi do Oiapoque, denunciou, durante a assembleia, o enriquecimento ilícito de funcionários da Funai.

— Conheço aqueles funcionários desde 1949, quando ainda era SPI. Eles eram tão pobres como eu. Hoje, todos têm casas e carros. Eu não tenho nada. E eles são funcionários dos índios. Quero saber do General Ismarth quanto eles ganham e como eles estão enriquecendo.

Ainda no Amapá, a reserva de Uaçá, onde vivem os karipuna, os palikur e poucos galibi de Kumarumã, não foi totalmente demarcada. Dentro da reserva passa um ramal ferroviário, o que facilita as invasões. Além disso, há na reserva, uma fazenda de criação de búfalos do Exército. Os índios reclamam que os animais destroem suas roças e lavouras.

As margens do Araguaia, tanto os tapirapé como os karajá têm problemas

de terras. O depoimento de um tapirapé:

— Lá nós precisa de terra, nós sempre pedimos pra Funai pra demarcar nossa área. Desde 1972 a Funai prometeu demarcar nossa área. E até agora nunca foi demarcado. Quantas vezes nós fomos lá em Brasília pra poder resolver nossa área, nunca resolve. Lá nós precisa de muita terra, por que onde é que nós vai viver, onde é que nós vai criar os filhos? Esta mata que nós temos lá é mata boa e faz muitos anos que nós tamos lutando pra marcar essa área.

Embora tenham sua reserva demarcada naturalmente, os karajá da Ilha do Bananal estão ameaçados pela construção de uma estrada turística que cortará a ilha, vinda de Formoso, em Goiás, ligando a Belém-Brasília à BR-80 (Barra do Garças-São Félix) e à Cuiabá-Santarém, que corta o Parque do Xingu. A estrada passará dentro da aldeia karajá de Santa Isabel. Outras duas aldeias, na ilha, estão tendo problemas com fazendeiros. Apesar de reserva indígena, existem perto de 20 mil posseiros ocupando área indígena.

No próprio Parque Nacional do Xingu, considerado, freqüentemente, modelo da política indigenista oficial, ainda persistem áreas de tensões. A prova disso é o depoimento de Mairawê, índio kayabi e chefe do posto indígena de Diauarum:

— Nós já sabíamos dos problemas de terra que os índios do Brasil sofrem, e o nosso problema é terra também. Os kayabi, os krenakarore e mais três grupos dentro do parque vieram de outras áreas expulsos por seringueiros, caçadores e fazendeiros. No Parque ainda há ameaças de invasores e fazendeiros. Mas tá sendo demarcada a área. Com a demarcação não estamos totalmente livres dos brancos. A idéia dos brancos é que eles são dono do Brasil, donos da terra. E não é verdade. Os índios é dono. Os brancos foram matando os índios. E no lugar dos índios foram botando os bois. E se fosse pra eles comerem, tudo bem. Eles fazem pra mandar pra fora. E tem tanto branco morrendo de fome como os índios.

De todos os grupos, no entanto, são os xavantes e os guaranis, do sul de Mato Grosso, os que estão vivendo momentos de maior tensão e em suas áreas são previstos conflitos a curto e médio prazos. Nenito, "capitão" guarani do Posto Indígena de Dourados e representante

de mil índios guaranis e kaivás a que vivem na reserva de Dourados, explicou que seu povo enfrenta ameaças de perder suas terras tanto vindas de fora, através de fazendeiros, como de dentro, onde os terena (45 índios) apóiam um funcionário da Funai acusado de praticar violências a reserva escondido, certo de que se Ramão Machado, o chefe do posto, soubesse, teria proibido sua ida à assembleia. Antes de deixar São Marcos, Nenito afirmou que será punido na volta e seu povo sofrerá represálias. — O Ramão quer dividir a reserva em duas partes, uma pra ele e pros terena e o resto pra nós. Os tratores que a Funai mandou tã na mão de posseiros que ficam lá porque o Ramão deixa e cobram da gente os serviços de trator. Todos andam armados e ameaçam os índios. Quando os terena entraram eram poucos mas agora estão dando problema. Eles casam com mulheres brancas e não querem saber de viver como índio. Já esqueceram a vida de índio e estão ameaçando a reserva. Estamos ameaçados de perder tudo. E nós não fizemos nada ainda por causa das crianças. Se nós morrer, as crianças vão ficar com fome. E se a Funai não vem defender a gente, nós mesmos vamos defender. Não temos medo.

Já os xavantes, certamente o grupo, hoje, com maior consciência reivindicatória (vide Mário Juruna, de Namurá, seu porta-voz) depois de garantirem a reserva de São Marcos e de Pimentel Barbosa, começaram, com esta XI Assembleia, duas lutas simultâneas: a expansão da reserva de Sangradouro, requerendo a outra margem do rio das Mortes e, reivindicação principal — e que, com certeza, será fonte séria de novos atritos —, a ocupação de uma vasta área de Couto Magalhães que chega aos limites da cidade de Xavantina.

— "Os fazendeiros" — explicava um documento, no final da assembleia —, "especialmente os gaúchos, estão tomando conta de lá, onde vive os nossos antepassados. E a gente não quer mais eles lá. Nós vamos ocupar aquela terra nossa, outra vez".

Palavra de Xavante. Os problemas e reivindicações de todos estes grupos que se fizeram representar na XI Assembleia podem ser generalizados. Segundo o jesuíta Antônio Iasi, que vem acompanhando praticamente todas as assembleias indígenas, o encontro de São Marcos trouxe, no mínimo, uma visão bastante detalhada da problemática indígena.

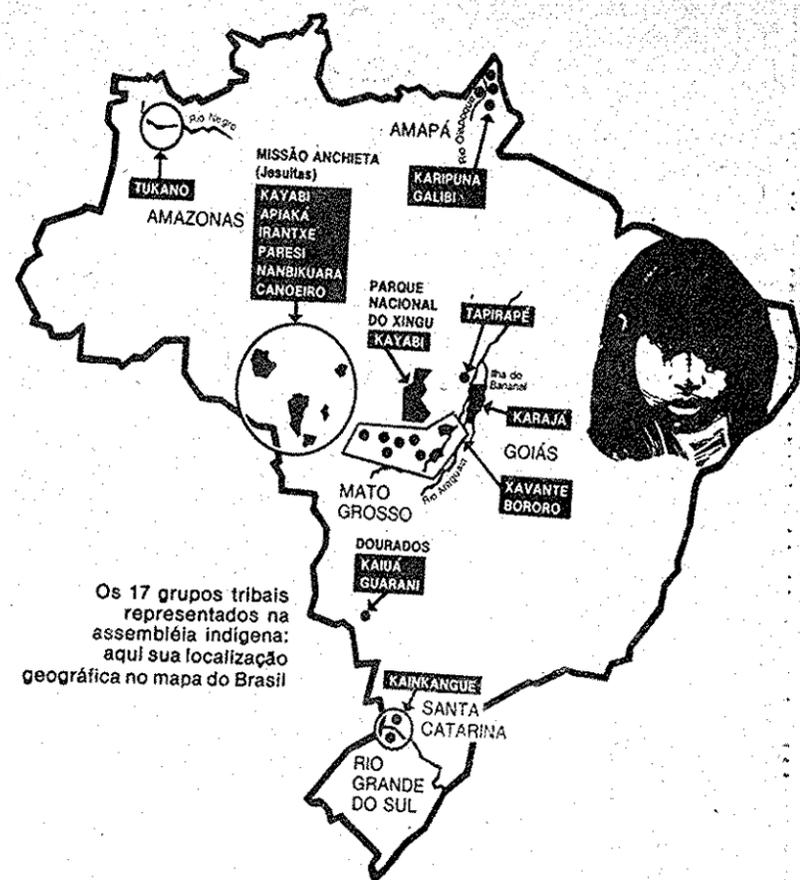
— Nenhum grupo indígena está em boa situação. Mas estão em menos má aqueles que já assumiram a consciência de que estão em má situação. E uma assembleia como esta ajuda a perceber, com nitidez, esta situação. Alguns vêm de áreas onde não percebem ainda a "malícia dos brancos", como diz o Mário Juruna. A assembleia foi, em síntese, mais uma caminhada dos índios no processo de assumirem seu próprio destino.

O antigo secretário-executivo do Conselho Indigenista Missionário acredita que os índios ainda continuarão a resolver seus problemas, principalmente os de terra, de forma violenta. Eles não se deixam enganar facilmente e já perderam o resto de paciência que tinham:

— Rio das Cobras e Nonoai devem ser entendidos a partir deste processo de autoconscientização e autodeterminação. A Funai lamenta, mas gosta, porque é uma maneira de encaminhar a solução de problemas que ela é incapaz de resolver. Mas precisaria chegar a isso? Precisaria chegar à violência? Os índios só partem para a violência quando todos os recursos estão esgotados.



Crianças na aldeia de São Marcos: o dia a dia dos xavantes



Os 17 grupos tribais representados na assembleia indígena: aqui sua localização geográfica no mapa do Brasil

## Pró e contra a emancipação

O ano-limite para a demarcação das reservas indígenas coincide com declarações, cada vez mais frequentes, de diversas autoridades que anunciam, para breve, a emancipação de vários grupos tribais. Pelo Estatuto do Índio, a Funai exerce a tutela sobre todos esses grupos, e suas reservas são de responsabilidade da União. A emancipação tocará, inevitavelmente, na questão da terra, alterando a forma de posse. Todos os depoimentos colhidos na XI Assembleia de São Marcos condenam qualquer iniciativa governamental neste sentido.

— O problema indígena, hoje, está mais grave — afirma o padre Antônio Iasi — com a ameaça de emancipação, o que significará alterar o sistema de posse da terra. A intenção do Rangel Reis foi, evidentemente, a de confundir. Ele começou falando em "integração", o que é um conceito antropológico, e que gerou protestos generalizados, principalmente nas áreas acadêmicas. Agora, ele veio com "emancipação", um termo legal, mas que é a mesma coisa: dar aos índios o pleno exercício dos direitos civis.

Ele cita o jurista Pontes de Miranda, que, interpretando o Estatuto do Índio e a Constituição, afirma: "se o índio se integra, a posse gera propriedade".

— Ele passaria a ser dono da terra. Pelo que se sabe, o índio receberia um módulo de terra, pela emancipação, o que quebraria a posse coletiva. Na melhor das hipóteses, este módulo seria de cem hectares, e os índios só poderiam negociá-los depois de dez anos. Agora, eu pergunto, e o resto das terras? Veja o caso dos kadwel,



Padre Antônio Iasi: A emancipação pode interessar a muitos. Não ao índio

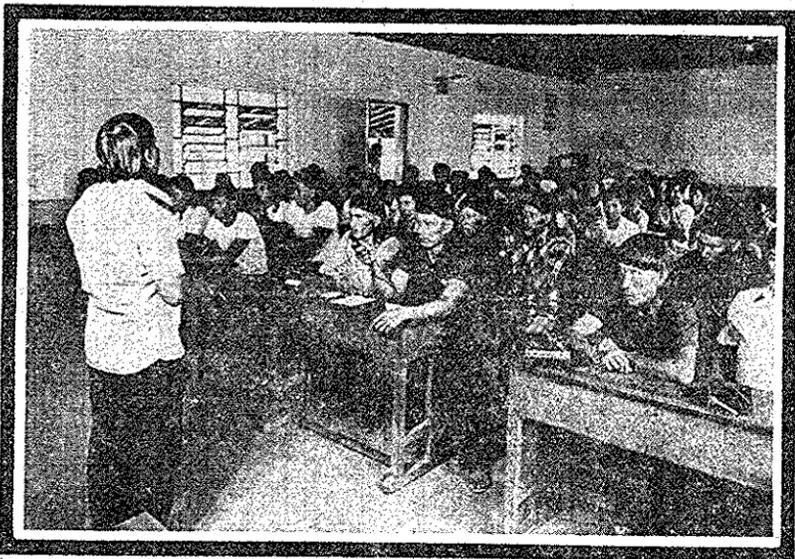
da família brasileira, que quando se multiplica se separa e busca novas áreas de ocupação, a família indígena atrai para si e para sua área de ocupação os novos genros. Em breve, cada módulo seria insuficiente.

Três índios se manifestaram sobre o assunto durante a assembleia:

— Governo quer dar emancipação para tirar terra dos índios. Os índios que querem emancipação é porque não sabem o que é. Quando o índio quer emancipação ele vai procurar, vai aprender sozinho. Não é ministro, nem governo, nem ninguém que vai dizer. O ministro quer emancipação para pegar terra do índio. Onde houver emancipação, então índio não vai ter mais terra. Nosso documento é a tradição, é a terra. Sem a terra e sem tradição, índio acaba maluco. (Mário Juruna, xavante).

— O índio tem idéia fraca: se ganha lote ele não pensa na frente e vende. E em um ano ele não tem mais dinheiro nem terra. Que fique assim, terra da União. Emancipação é pra quem é estudado, tem documento, pra quem é adiantado. (Vicente Fockel, kainkangue)

— Emancipação pra nós não vai adiantar porque logo os brancos vão comprar de nós as terras e nós ficar na rua. O Ramão tá ansiando que saia a emancipação. Ele e os posseiros. Os terena querem emancipação, mas atrás dos índios terena vêm os posseiros. Para nós não interessa porque se nós temos emancipação nós se divide, perde a união. O índio vai ser roubado e vai viver debaixo da árvore, na estrada. Isso nós não vamos aceitar. (Cláudio Nenito, guarani)



Índios e gravadores durante a assembleia: palavras para guardar